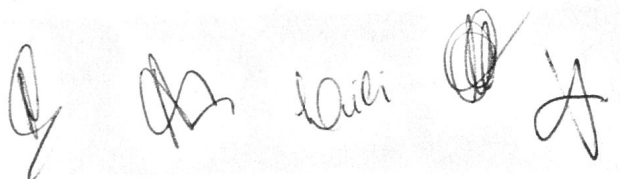
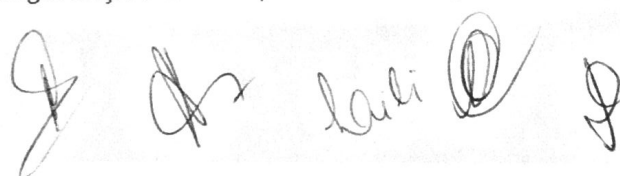





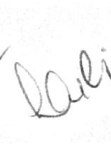
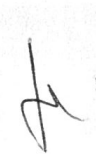
ATA 008/2018 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ. Aos dezessete dias do mês de junho de dois mil e dezoito, às quatorze horas reuniram-se, na Sala de Audiência da 6ª Promotoria de Justiça de Balneário Camboriú, por solicitação de Convocação do Promotor de Justiça da 06ª PJ da Comarca de Balneário Camboriú, Rosan da Rocha, os conselheiros: Evaldir Francisco Suchara (Procuradoria); Ivanir Maciel e Barbara Gobbo (Secretaria da Pessoa Idosa); Vinicius de Souza Lacerda Pinto (Secretaria da Saúde e Saneamento); Márcia Cristina Lázaro (Secretaria da Educação); Nelio Pereira Marques de Souza (AMAI); Liliane Boratti (Lar dos Idosos); Gilberto Moreira (ASAPREV); Neusa Amorim Iba (Lions Leão do Mar); Mariza Farias de Liz e Sandra Maria Bertolanza (OAB); Marcos Roberto Rodrigues Saraiva (CONSEG); Antonio Cotrim e Pacífico Batista Moresco (Observatório Social). Como participantes estiveram presentes o Promotor de Justiça Dr. Rosan da Rocha e Mariene de Sena Silva (Casa dos Conselhos). A reunião inicia-se com a pauta solicitada pelo Dr. Rosan e Sr. Cotrim dá início ao expediente com a leitura da ata 07/2018 realizada por Vinicius, que após lida e realizadas algumas retificações, foi aprovada e assinada. Em seguida, leitura de **documentos recebidos**: Of. 200/2018/SPI Convites para o lançamento do programa 60+ no mercado de trabalho. Of. 2018/19/CONSEG que indica Marcos Roberto Rodrigues Saraiva como titular e Primeiro Secretário e Joceli Pereira com suplente do referido Conselho. Também recebeu-se a ata da eleição da nova Diretoria da ASAPREV. Recebeu-se uma Prescrição de Encaminhamento da Estratégia de Saúde da Família da Barra para acompanhamento de um caso de violência e Of. 14/2018/CEI-SC para acompanhamento também de caso de violência. Para estes dois últimos, será encaminhado ofício à SPI e ao CREAS para acompanharem os casos. **Documentos expedidos**: Of. 44/2018/CMI à SPI com cópia ao CREAS para solicitar informações a respeito de encaminhamento dos casos de violência. Antonio Cotrim pergunta a respeito do Relatório ds Comissões e diz que havia-se combinado que os assuntos fossem tratados nas Comissões e se haveria alguma apresentação a fazer. Pacífico diz que a Comissão de Finanças está trabalhando. Mariza disse que tem que trabalhar-se o caso da prestação de contas da SPI, e que eles só apresentaram o espelho final do ano passado, o que não achou correto, pois tem que apresentar-se as notas fiscais. Diz que passaram seis meses do ano e nada foi apresentado e pede para que Sr. Cotrim solicite uma reunião. Mariza ainda relata caso de um conselheiro que foi solicitar informações e não obteve e foi tratado mal. Cotrim fala para comissões encaminharem solicitações em papel, que o Conselho faz a deliberação e revisão, e que os relatórios devem ser respeitosos, mas firmes e objetivos. Pede para Mariza e Pacífico que avisem sobre as reuniões para que redija-se um documento. Bárbara sugere que faça-se um documento com prazos, e como que quer que seja feita a prestação de contas. Dr. Rosan diz que no recebimento das atas



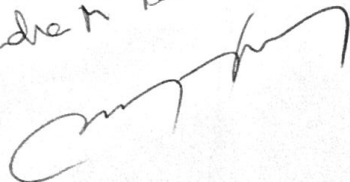
pela procuradoria, percebe a dificuldade do Conselho no recebimento da prestação de contas. Diz ainda que o conselho é um órgão fiscalizador e que a SPI deve ser fiscalizada. Fala ainda que as informações devem ser solicitadas por escrito e a SPI deve fornecer os documentos para que o Conselho possa os fiscalizar, tais documentos são: documentos fiscais para a comprovação de gastos, por exemplo. Dr. Rosan diz ainda que Conselho tem o dever de fiscalizar sob pena de que se o Ministério Público verificar e ver que há irregularidade o Conselho também pode ser penalizado. Diz ainda que deve ser natural que haja essa fiscalização. Pede que faça-se o pedido por escrito e estipule-se o prazo, semestral ou trimestral e que não peça-se de somente agora, mas sim desde o início. Fala que a SPI tem que apresentar para a comissão de finanças e a comissão que deve ponderar e diz que a plenária delibera e convoca a prestação de contas novamente, caso necessário. Acha que é uma comunicação documental e que precisa ser explicado somente se solicitar-se informações. Dr. Rosan diz que tudo que a SPI gasta tem que tem comprovante e nota fiscal. Sr. Cotrim diz que trimestralmente é suficiente. Dr. Rosan diz que então que faça-se um ofício solicitando. Dr. Rosan diz que como promotor de justiça chamou o CMI porque é papel dele fiscalizar os conselhos também e falar da responsabilidade e da extrema valia que tem os conselhos atuantes na cidade. Fala do caso do COMUS e CMDPD e diz que a política do idoso tem que ser assim também e que a decisão das políticas públicas são dos conselhos e que os órgãos estão em defesa do município e não do prefeito. Conscientiza da importância do Conselho e que através das políticas públicas impostas pelo conselho, o Ministério Público pode cobrar o município. Diz ainda que se o Conselho determina, é ele o órgão máximo para determinar políticas públicas na cidade. Outro ponto que o Dr. Rosan acha necessário adentrar é sobre Fundo da Pessoa Idosa, e questionou se os conselheiros sabem ou estão cientes da composição do Fundo, dizendo ainda que o Conselho tem que se portar a frente, sabendo da gestão e atuação, projetos que possam vir e recursos próprios. Diz que o Ministério Público consegue colocar recurso de acordo com eventuais penalidades, só que o Fundo deve ser extremamente formalizado, fala ainda do caso do SUAS e diz que pode ver projetos que possam fazer parceria e legislação para que o prefeito estipule verbas a serem destinadas para esse fundo. Gilberto diz que em reunião passada, foi falado que não havia dotação em tal Fundo e que iria pedir informações. Dr. Rosan diz que precisam seguir este caminho. Diz que viu nas atas a questão da multa moral e solicitou informações e Antonio Cotrim explica como funciona. Dr. Rosan pergunta se está sendo aplicada a Multa Moral e diz ser muito importante como exercício de conscientização. Mariza falou que foi distribuído para que as pessoas sejam multiplicadores. Dr. Rosan diz que inclusive é interessante que os agentes de trânsito sejam chamados atenção e sugere que o conselho recomende à Secretaria de Segurança Pública que alerte aos guardas de

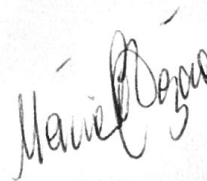


transito para eles verificarem se procede e se pode aplicar multa ou não. Sr. Cotrim deixa um bloco da Multa Moral com com Dr. Rosan. Marcia relata um caso no shopping Atlântico e diz que todas as vagas estavam ocupadas sem cartão de identificação e ela estava com os pais idosos, e diz que isso aconteceu durante quatro visitas e que os próprios lojistas estacionavam na vaga do idoso. Dr. Rosan diz que faça-se um ofício aos shoppings e também ao CDL para que haja fiscalização e que seja exigido cartão de identificação do idoso e que se assim não proceder, que avise-se à Guarda de Trânsito. Recomenda que o Conselho notifique então as entidades. Nelio fala do caso de São Paulo e que havia fiscalização dentro dos shoppings e que os próprios criaram a multa moral dentro dos shoppings, era "Multa educativa" e diz que a legislação prevê que os shoppings, mesmo os estacionamento privados, podem chamar os agentes de trânsito. Rosan diz que é obrigação de shoppings realizar isso e diz que é um papel significativo, educativo, conscientizador. Terceiro ponto que o Dr. Rosan coloca em pauta é sobre a aplicabilidade do Estatuto da Pessoa Idosa dentro de Balneário Camboriú e de que forma que podemos atuar para que o que está previsto e não realizado, seja aplicado. Fala que esse é um passo de grande valia para que os direitos dos idosos sejam garantidos, dividiu o estatuto em cinco partes e cada parte ficaria com uma comissão e essa comissão verificaria se o que está escrito está sendo aplicado. Dr. Rosan solicitou que num prazo de sessenta a noventa dias seja feita a verificação se a cidade aplica, após isso é feito um relatório e depois de prontos relatórios, faz a compilação e verifica-se como será aplicado as adequações para que o que está no Estatuto seja garantido à população idosa. Nesta proposta de fazer com que o estatuto seja aplicado, diz que estará do inicio ao fim nesse processo, para fazer valer o que a norma determinadentro da cidade e que é um trabalho em conjunto do Ministério Público e CMI. Dividiu então em 5 partes os estatuto, que seriam atribuídos para as 5 Comissões já existentes, os artigos para análise seriam do 1º ao 7º; 8º ao 19; 20 ao 32; 33 ao 42 e 46 ao 51. Dr. Rosan agradece a atenção e a disposição do Conselho em realizar a reunião fora de seu local habitual. Sr. Cotrim agradece ao Dr. Rosan pelo acompanhamento que eles tem com a população idosa e pelo convite em realizar a reunião na 6ª PJ e diz que a documentação e estatuto foram distribuídos para todos os conselheiros para que eles saibam o papel deles. Sandra diz que é muito importante esse acompanhamento do Ministério Público e diz que acompanha as discussões, fala ainda que é importante que a OAB tenha uma cadeira no COMUS. Diz também que muito foi feito pelo idoso, mas fala sobre a questão da lista de espera de idosos na saúde. Diz ainda que pegou a listagem de espera, onde os números são absurdos. Dr. Rosan diz que essa situação já está sendo resolvida, falando que há mais de novecentas pessoas na fila cardiológica geriátrica e que já entrou com ação judicial. Diz ainda que temos que trabalhar e se unir e que se unirmos e verificarmos conseguimos

resolver. Sandra fala que a situação que havia era muito demorada. Promotor Rosan explica sobre as prioridades e prioridades emergentes, fala sobre as especialidades que o estado também atende e que às vezes o município tenta contratar médicos para realizar e suprir e os médicos não fazem atendimentos pela tabela do SUS, e que os médicos do SUS não dão conta. Fala que quando o Ministério Público autua o município, eles podem pagar mais, e gera um interesse escuso. Diz que é com muito cuidado que deve ser feito isso. Nelio diz que usa o SUS e tem a dizer que em Balneário Camboriú evoluiu bastante e que ficou quase um ano na fila do NAI para dermatologista, mas fala que a situação melhorou muito. Nelio diz ainda ter notado que muita gente não comparece às consultas e diz que tem um aplicativo do SUS e que Balneário Camboriú não está cadastrado. Ivanir fala sobre a prestação de contas e que a SPI recebe algumas doações e pergunta se as doações devem ser prestadas contas, Dr. Rosan diz que sim e que a informalidade gera crime. Sr. Cotrim pergunta para Dr. Rosan e diz que verificou que o CREAS trata da questão dos idosos também e Dr. Rosan diz que o CMI solicite informações ao CREAS e CMAS. Diz que acha interessante que a próxima reunião ordinária seja feita no Lar dos Idosos. Bárbara Gobbo faz divulgação de projetos e captação de vagas e sugere que se inclua na pauta que seja feita a apresentação do projeto 60+ pelo CDL. Sandra sugeriu que ACIBALC também estivesse presente. Vinicius que esteve no evento 60+ fala da importância do Conselho ocupar esses espaços e viu como um programa muito bom e sobre a experiência e respeito que os idosos sentiram no evento pela possibilidade de geração de cidadania e respeito. Ivanir disse que já vêm sendo feito alguns cadastros na SPI desses idosos. Cotrim diz que acha muito importante tal projeto e que na área de lazer e cultura estão bem amparados, mas que há os idosos que necessitam de complementação de renda e achou louvável a atitude. Ivanir disse que teve um caso de uma senhora formada que foi fazer inscrição e que fala quatro línguas e o quanto deve ser aproveitado tal capital humano. Bárbara fala sobre o aproveitamento e captação de vagas e sugere que seja apresentado para o Conselho tal projeto. Sr. Cotrim fala que sobre o empenho das comissões e responsabilidades. Nelio diz que começou agora a pesquisa e capacitação do IFC sobre questionário (que refere-se na ata 07/2018) e avaliação de toda a sociedade para estudo focal dizendo ainda que será um dos aplicadores do censo. Nada mais havendo a tratar, o presidente Antonio Cotrim encerra a reunião e eu, Mariene de Sena Silva, secretária executiva da Casa dos Conselhos, lavrei a presente ata que após ser lida e aprovada será assinada pelos conselheiros presentes.

Sandra R. Bertolotto


Mariene de Sena Silva




Liliane Poratti
